



## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – QUESTÃO CURSO POPULAR PARA A DEFENSORIA PÚBLICA**

João, adolescente de 16 anos de idade, foi apreendido em flagrante pela prática de ato análogo ao tráfico de drogas (art. 33, da Lei 11343/2006). Durante a operação policial que resultou em sua captura, João foi baleado com dois tiros, sendo levado ao hospital mais próximo para tratamento.

O auto de apreensão de adolescente infrator (AAPAI) foi remetido ao juízo competente, com cópias ao MP e à Defensoria Pública. O MP justificou a impossibilidade de realizar oitiva informal pela internação hospitalar do adolescente, fez a representação e requereu a internação provisória. A Defensoria requereu a liberação de João. O juízo proferiu a seguinte decisão:

O ato praticado é grave, assemelhado a crime hediondo pela Constituição Federal, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII. Além disso, financia o poderio bélico de facções criminosas, impedindo ou dificultando a atuação do Estado nas áreas atingidas e colocando a população em risco constante.

Analisando a Ficha de Antecedentes Infracionais do representado, verifica-se que ele possui uma passagem anterior pela prática de tráfico de drogas, em que foi condenado e lhe foi aplicada a medida de liberdade assistida, revelando-se insuficiente à sua reeducação. Então, justifica-se a cautelar de internação, uma vez que se pode aplicar a internação ao final, com base no artigo 122, inciso II, do ECA.

Portanto, determino a internação provisória do representado, permanecendo acautelado no hospital em que está recebendo o



tratamento médico cabível e, posteriormente, com a alta hospitalar, devendo ser transferido ao Centro de Internação Provisória da cidade vizinha, uma vez que o sistema da cidade se encontra superlotado. Para tanto, expeça-se carta precatória pedindo autorização ao juízo competente.

Enquanto internado no hospital, autorizo a visita da genitora nos horários estabelecidos pela própria instituição de saúde. Intime-se o hospital.

Designo a audiência de apresentação e continuação para a data X.  
P.R.I.

A Defensoria Pública é intimada pessoalmente com vista dos autos da decisão acima proferida. Diante disso, responda fundamentadamente às seguintes perguntas:

- a) Existe recurso cabível da decisão? Qual? Alguma outra medida processual seria cabível? Qual o caminho processual mais eficaz a ser adotado pelo(a) Defensor(a) Público(a)?
- b) Indique os argumentos e pedidos que podem ser realizados em favor de João.